

OPERAÇÃO IMPOSTOR

Mauro demite dez servidores por corrupção

MARIANA MARIMON
Do PORTAL GD

O prefeito de Cuiabá, Mauro Mendes (PSB), anunciou a demissão dos dez servidores municipais envolvidos na Operação Impostor, deflagrada no final de 2012, após Processo Administrativo Disciplinar (PAD), instaurado em fevereiro deste ano, em que constatou-se o envolvimento dos mesmos nas fraudes. O processo ainda corre em segredo de Justiça e cálculos preliminares, sobre as fraudes no Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU), já alcançam a cifra de aproximadamente R\$ 3 milhões. Os valores ainda devem ser ressarcidos ao erário.

Foram 120 dias de investigações do PAD, sendo que o Ministério Público Estadual e a Delegacia Fazendária ainda prosseguem com suas investigações. "Todos os servidores envolvidos prestaram depoimento, além de 20 testemunhas, garantindo o direito à ampla defesa, e que resultou em um relatório final elaborado pela Comissão de Sindicância da Procuradoria Geral do Município, de 90 páginas", disse o prefeito.

Conforme o procurador-geral, Rogério Gallo, este foi o processo mais importante na história da Procuradoria, tendo em vista que envolveu cinco secretárias e vários servidores, e que o relatório final sugeriu a penalidade máxima, cuja aplicação da pena foi decidida pelo prefeito.

"Não restou dúvida de que os 10 servidores estavam envolvidos e praticavam, por muito tempo, de forma sistemática e articulada, esta série de fraudes em informações e valores, que caracterizam formação de quadrilha. Todos os servidores se enquadram nos crimes tipificados que justificam a aplicação da penalidade máxima", ressaltou Mendes.

O prefeito ressalta que não pode ser mensurado através do processo da Prefeitura, há quanto tempo o esquema de fraudes era realizado, mas indícios constam para mais de quatro anos. "No início das investigações, muitos servidores confessaram a Defaz, que o esquema era realizado há muito tempo, mas negaram no final", explicou o prefeito.

Ainda não se sabe o real dano ao erário, sendo que as estimativas preliminares apontam para o valor de R\$ 3 milhões. O prefeito avalia que após as investigações da Justiça, será possível mensurar o dano ao erário. "Assim que for caracterizado os valores, poderemos buscar formas de ressarcimento", afirmou.

Procurador Rogério Gallo explica que o esquema funcionava com os servidores dando baixa indevida dos créditos, que não eram pagos à Prefeitura. "Existem créditos com mais de cinco anos, e aqueles que não estiverem prescritos, buscaremos o devido pagamento, mas, os que prescreveram e não puderem ser pagos, irá contra os servidores e contribuintes que se beneficiaram do esquema", apontou. (Leia matéria completa no Portal GD)



Segundo Rogério Gallo, este foi o processo mais importante na história da Procuradoria de Cuiabá



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso

AVISO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, através da Mesa Diretora, torna público a realização de concurso público e processo seletivo para provimento de cargos do quadro de servidores.

Cuiabá-MT, 15 de julho de 2013

Mesa Diretora

Dep. Romoaldo Junior
Presidente

Dep. Mauro Savi
1º Secretário

Dep. Airton Português
3º Secretário

O edital encontra-se disponível no site www.projetos.idp.edu.br e também no portal da Assembleia Legislativa www.al.mt.gov.br, no Serviço de Informação ao Cidadão, item licitações/concurso público.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL: 15/07/13

DEFENSORIA PÚBLICA

Para Valtenir PEC faz justiça social no Brasil

MARCOS LEMOS
DA REDAÇÃO

Vice-líder do PSB na Câmara dos Deputados, Valtenir Pereira, único parlamentar federal que tem como profissão ser Defensor Público enalteceu a decisão dos demais pares de aprovar em 2º turno o projeto de Emenda Constitucional 207/11 que estende às defensorias públicas da União e do Distrito Federal a autonomia funcional e administrativa concedida às defensorias estaduais.

"Quem agradece é a população humilde que não tem como arcar com as despesas de um advogado e tem no defensor público um verdadeiro instrumento social que se acionado resguarda direitos seja na saúde, na educação e no respeito aos direitos do cidadão", explicou o deputado federal.

Valtenir aproveitou para cobrar dos deputados que auxiliem na derrubada do veto da presidente Dilma Rousseff a outra proposta do Congresso Nacional que é uma Lei Comple-

mentar que define como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, um percentual sobre as Receitas Correntes Reais que terá que ser repassado as Defensorias Públicas da União e dos Estados. "Não existe razão de se ter autonomia administrativa e financeira se não se tem orçamento estipulado como qualquer outros Poder Constituído", alfinetou o parlamentar socialista.

Valtenir Pereira lembrou que a autonomia administrativa e financeira inicia um novo ciclo na Defensoria Pública que passa a ter um orçamento próprio para garantir o acesso de milhões de brasileiros à Justiça. "Estima-se que 136 milhões de brasileiros socorreram-se na Defensoria Pública para acionar a Justiça e ver garantidos os seus direitos, então tenho a convicção que dar autonomia a essas entidades é promover justiça social", acrescentou.

A nova Emenda Constitucional deverá ser promulgada em agosto.

Silval se une a prefeitos de MT

SONIA FIORI
DA REDAÇÃO

Governador Silval Barbosa (PMDB) se colocou na linha de frente dos pleitos municipalistas e cobrou uma ação imediata do governo federal para revisão da distribuição dos recursos. "Temos que pensar um Brasil de forma mais ampla e que atenda os municípios e os estados. Não é mais possível continuar assim, porque as demandas aumentam e não temos a contrapartida da União", disse o governador.

Silval avalia agenda a ser cumprida em Brasília, onde pedirá empenho da bancada federal para, no Congresso, promover as mudanças sobre o Pacto Federativo. Ele reclamou dos poucos resultados verificados durante a Marcha em Defesa dos Municípios, realizada neste mês. "Os recursos anunciados pela presidente Dilma ajudam os municípios. Só que não dá para contar apenas com essa ajuda. O que os municípios pedem é bem mais, é uma distribuição justa de recursos", comentou.

Equipe econômica avalia outras formas de o Estado melhorar a arrecadação. Silval lembrou novamente os problemas enfrentados por Mato Grosso, em relação "a compensação da Lei Kandir". "Temos feito um grande esforço para que o governo cumpra os repasses, mas todo ano parte dos recursos não são destinados ao Estado no valor devido. Com isso, fica difícil a conta fechar". A Lei Kandir desonera produtos exportados de pagamento do ICMS, que é a maior fonte de receita própria do Estado.

vivo COMUNICADO PÚBLICO

A Vivo, operadora do Serviço Móvel Pessoal no Estado do Mato Grosso, informa a seus clientes e ao público em geral que ocorreram dificuldades pontuais e temporárias na prestação do serviço, devido à instabilidade em equipamento, nas localidades: Campos de Júlio, Comodoro, Conquista Doeste, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Sapezal, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade dia 15/07/2013 das 17h31 às 19h42. Após o envio de equipe técnica ao local os circuitos foram restabelecidos.